

MÍMESIS E UTOPIA NA REPÚBLICA DE PLATÃO

LUISA SEVERO BUARQUE DE HOLANDA

*Departamento de Filosofia
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro*

A utopia pode ser definida como uma tradução renovadora, uma tradução que obriga o conhecido a aproximar-se do estranho¹.

O intérprete que trabalha com o tema da *mímesis* no segundo e no terceiro livros da *República* costuma se defrontar com um paradoxo, no que diz respeito à mimetização no âmbito humano. Por um lado, a obra sugere o que se poderia chamar de ‘inexorabilidade mimética’, a saber: “jovens e crianças de tenra idade”² possuem a alma plasmável; é na infância que se deve imprimir o molde que se deseja, para que as crianças acolham em sua alma as opiniões que deverão cultivar quando adultas³. É por essa razão que os mitos precisam ser tão urgentemente analisados, selecionados e até censurados: eles funcionam como modelos, ou ainda, como moldes a serem impressos nas jovens almas impressionáveis. O que equivale a dizer que são paradigmas a serem mimetizados por elas, à medida que desempenham o papel de original único a ser desmembrado em vários casos particulares. A consequência direta disso é que essas almas macias, ainda não enrijecidas pelo tempo e pelas opiniões adquiridas, necessariamente aprendem imitando tudo com o que entram em contato, e que possa desempenhar o papel de modelo a ser reproduzido.

Por outro lado, na mesma medida em que essas crianças em formação são imitadoras e influenciáveis, e precisamente porque o são, deve-se

¹ SCHUBACK, Marcia. *Olho a olho*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2011. p. 61. Todo este texto é um agradecimento pelo artigo “Traduzir o Longe”, de *Olho a Olho*, que tive a felicidade de ler enquanto escrevia sobre utopia na *República*. Ali, não se fala de Platão, pelo menos não explicitamente. O tema da utopia, porém, é amplamente explorado. De alguma maneira, este meu trabalho é uma tentativa de tradução das concepções ali presentes para o âmbito platônico.

² PLATÃO. *República*, 377b1.

³ PLATÃO. *República*, 377b7.

restringir sua atividade mimética. Se tudo, potencialmente, transforma-se em paradigma a ser mimetizado, nem tudo deve sê-lo. Em outras palavras, nem todas as atitudes, opiniões e condutas merecem ser reproduzidas. Menos ainda se quem imita são os guardiões, classe de suprema importância para a manutenção das leis da *pólis*, homens que devem ser “semelhantes aos deuses tanto quanto é possível a um homem”⁴. Eis em que consiste, portanto, o paradoxo mimético desse trecho da *República*: a *mimesis* é inevitável para o ser humano em formação, e precisamente por isso deve ser reduzida ao máximo, sendo permitida apenas naqueles casos em que contribuirá para a melhora e o aprimoramento daqueles que imitam. Em suma, talvez seja lícito dizer que, segundo os livros II e III da *República*, a *mimesis* é, para os homens, o inevitável a ser evitado.

Esse é, pode-se dizer, o tom geral das afirmações contidas nos dois livros em questão. No entanto, no desenrolar da investigação ocorre uma mudança vocabular significativa, que marca uma diferença importante: no segundo livro, em que se destaca a impressão de um molde sobre a alma jovem, matéria ainda mais plasmável do que um jovem corpo, predomina a noção do *týpos*. A parte ativa da relação pedagógica é a do professor, mestre, ama ou mãe, ou seja, a do adulto, que irá imprimir o molde que se deseja sobre um material moldável. A criança é a parte passiva dessa relação e, nesse sentido, não se pode falar a rigor de uma *atividade* mimética. No máximo, é possível falar de uma *passividade* mimética, que corresponde ao recebimento de influências, ao acolhimento de opiniões, à reprodução de condutas, ou, em suma, à formação em geral. A analogia aí é com a atividade de esculpir um material, o qual, por sua vez, nada mais fará do que receber uma forma dada, amoldando-se a ela. A criança, em última instância, torna-se um *mímema* – como o é uma estátua – de um modelo previamente formulado. E a educação na primeira infância torna-se análoga à atividade de esculpir. Já no terceiro livro – mais especificamente após a mudança de rumos, quando se investigará, não mais *o que* se deve contar, mas *como* contar – predominará, finalmente, o vocabulário da *mimesis*. Isso, evidentemente, condiz com o fato de que, ali, a poesia dialogada – tragédia e comédia – será caracterizada como mimética, por oposição à poesia diegética, como

⁴ PLATÃO. *República*, 383c5.

se sabe. Todavia, essa escolha não parece depender unicamente desse dado. Parece, antes, pretender vincular a *mimesis* propriamente dita a um caráter mais ativo, por oposição a um mero recebimento de influências. Não que o *typos* não se ligue também ao âmbito mimético (já que, afinal de contas, a impressão em série corresponde à reprodução multiplicadora de um original, processo altamente mimético). Porém, em sentido mais estrito, a *mimesis* é uma atividade, definida em 393c5 como “fazer-se semelhante a um outro, ou na voz ou na postura”⁵. Há aí, claramente, uma intenção ativa, que no caso anterior da formação infantil se fazia presente apenas no educador, e não no educando.

Contudo, ao cabo da investigação, o que se nota finalmente é o profundo vínculo entre ambas as situações, na medida em que o poeta que se faz semelhante a um outro na voz ou nas palavras pronunciadas estará formando, pela atividade mimética, um *typos* a ser, eventualmente, incorporado e reproduzido por crianças e jovens em formação – eis, aliás, o cerne da ameaça de sua produção poética. E, mais do que isso, as passagens finais sugerem que, ao se narrar um acontecimento qualquer, o costume de imitar o outro torna-se “hábito e natureza que mudam o corpo, a voz e o pensamento”⁶, ao menos quando perdura desde a infância. Aqui, nota-se que a indagação sobre se os guardiões devem ou não ser imitadores⁷ não precisa referir-se apenas à possibilidade de eles se tornarem poetas (possibilidade, aliás, remotíssima no contexto em questão, pois, por princípio, fora vetada), mas refere-se também, e talvez acima de tudo, à indagação mais simples sobre como devem narrar em geral, isto é, simplesmente contar um fato. E essas narrativas habituais funcionam de modo paralelo ao mito ouvido na infância: aqueles que, ao narrar, imitam (ativamente) muito e muitas coisas, passam a exercer na realidade aquilo que imitam. Incorporam um *typos*, moldam-se e adaptam-se a “modelos de homens inferiores”⁸; modelos, por sinal, produzidos por eles mesmos em suas narrativas. O que se confirma, afinal, pela mescla entre o vocabulário do *typos* e o vocabulário da *mimesis* em sentido mais restrito, que pode ser encontrada nas passagens

⁵ PLATÃO. *República*, 393c5.

⁶ PLATÃO. *República*, 395d1.

⁷ PLATÃO. *República*, 394e1.

⁸ PLATÃO. *República*, 396e1.

que encerram as investigações sobre como se deve narrar.

Ora, quanto a isso, em primeiro lugar, é preciso apontar a semelhança entre esse processo narrativo – de formação de um molde a ser tornado modelo – e o processo de construção da cidade justa com *lógos*, levado a cabo por Sócrates ao fim do nono livro. Talvez não seja lícito dizer que a atividade socrática na *República* é mimética exatamente da mesma forma como o são as atividades poéticas em geral, mas o fato é que o resultado de sua narrativa não deixa de formar um molde a ser impresso nas almas humanas (na melhor das hipóteses). Essa intenção, por um lado, está ligada ao propalado antagonismo platônico à pedagogia poética, e à sua pretensão de substituir a poesia pela filosofia no que tange ao âmbito do ensino, tão presente nesse diálogo em particular. Isso fica claro, por exemplo, em 591a, quando Sócrates declara:

E, quanto às crianças, a diretiva é não deixá-las em liberdade, até o momento em que tivermos estabelecido, dentro delas, uma constituição como fizemos para a cidade e, cultivando o que elas têm de melhor com o que temos de melhor dentro de nós, tivermos instalado dentro delas um guardião e chefe semelhante a nós para substituir-nos, e só depois as deixaremos livres.

O raciocínio pedagógico contido nessa passagem reza que o educador, ou pai, só considera acabada a sua obra de impressão de um *týpos* na alma da criança quando percebe que esse molde foi de fato incorporado e, residindo agora dentro dela, é capaz de desempenhar o papel do próprio educador. Em consonância com essa noção estão as palavras de Sócrates logo adiante, quando afirma que o homem assim criado deve voltar os olhos “para a constituição que traz em seu íntimo, cuidando que nada o afaste do que lá está...”¹⁰. Nesse sentido, e como vimos, o paradigma é adequadamente incorporado e reproduzido, de modo que se pode dizer que o processo mimético, do ponto de vista pedagógico, foi satisfatório. Esse homem, agora, de posse de uma reprodução do modelo impresso em sua alma pelo educador ou pai, está em condições de tornar-se educador, e

⁹ PLATÃO. *República*, 590e2-591a4. Esta e as demais traduções da *República* se encontram em PLATÃO. *A República*. Tradução de Anna Lia de Almeida Prado. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

¹⁰ PLATÃO. *República*, 591e1.

imprimir por sua vez seu próprio modelo na alma de seu filho ou educando. O que era *mímema* torna-se paradigma, o qual, impresso no íntimo de cada um dos educandos, torna-se uma eterna referência para onde é preciso voltar os olhos mais tarde, tanto ao agir quanto ao educar. Essa referência é que substitui a referência paterna na vida adulta.

Por outro lado, porém, a intenção socrática de moldar as almas vai além de uma provocação filosófica à pedagogia poética. Ela passa por aí, mas termina por tocar em pontos culminantes, no que diz respeito ao tema da *mímesis*, tal como ele se apresenta, não apenas nos livros II e III, mas na *República* como um todo. No tocante às palavras finais do nono livro, devemos notar que em 592a1-10, e logo em seguida à passagem anteriormente citada, Gláucon alega que o homem educado da forma como ambos haviam estabelecido não quererá envolver-se nos negócios da cidade. Sócrates acrescenta que ele se ocupará, sim, de tudo o que diz respeito à sua cidade íntima, por assim dizer; mas não dos negócios de sua pátria, a não ser que tenha a sorte de ver a sua pátria governada de acordo com os mesmos paradigmas segundo os quais ele próprio foi moldado. Ao que Gláucon retruca: “Entendo. Tu te referes à cidade de que falamos enquanto a fundávamos, uma cidade que só existe em nossas discussões, pois não creio que exista em algum lugar”¹¹. O que chama atenção nessa fala, e que a torna crucial do ponto de vista da temática aqui analisada, é o fato de que, tacitamente, Gláucon sugere que o caráter utópico do *lógos* socrático pode retirar-lhes parte do valor. Desnuda-se a sua inutilidade, do ponto de vista prático, na medida mesma em que não parecem poder ser reproduzidos concretamente – ou ao menos não se pode apontar alguma cidade existente que em algo se lhes assemelhe. Ainda que tenham sido criadores de paradigmas éticos e geradores de moldes linguísticos, semelhantes aos poéticos, a serem inculcados nas almas e incorporados às condutas, não parecem poder existir fora do âmbito das palavras. O fator complicador, porém, é que Sócrates, embora não chegue a discordar de Gláucon, acena com uma outra possibilidade: “talvez”, retruca ele com palavras célebres, “haja um modelo no céu para quem queira vê-la [a cidade produzida *en lógo(i)*] e, de acordo com o que vê, queira ele próprio fundá-

¹¹ PLATÃO. *República*, 592b1.

la”¹². Isso significa que esse molde talvez não tenha sido propriamente *criado* com *lógos*, mas reproduza um *paradigma* localizado no céu, e previamente existente. Mas, de todo modo, localizado, situado, tópico. Apenas, em um outro *tópos*, que não coincide com o *tópos* das cidades que conhecemos. E que está pronto a ser mimetizado por quem queira vê-lo, como fizeram Sócrates e seus companheiros ao rerepresentarem, em palavras, esse modelo celeste. Ou seja, e é isso que interessa sublinhar, esse modelo passa a ser visto menos como algo quimérico e irrealizável, e mais como algo que não apenas pode como deve ser reproduzido. O problema passa a ser agora, portanto, o sentido de tal reprodução.

O que quero dizer é que, em última instância, Sócrates está mostrando a Gláucon que a questão pendente, e sobre a qual ainda é mister refletir, é a noção de *mímesis* e suas possíveis compreensões. De alguma maneira, Sócrates desvia o foco da questão, mostrando-nos o que deveria significar de fato um paradigma, um *mímema* e, em suma, o processo mimético como um todo. Da forma como Gláucon parece compreendê-lo, imprimir o molde da *politeía* utópica – que só existe nos *lógoi* socráticos – corresponderia a implantar suas leis e regras em um sítio qualquer, trabalhando para que tudo ocorresse positivamente, e detalhadamente, da maneira descrita por Sócrates em suas conversas. Tornando-a, assim, concretamente situada. Isso, entretanto, parece ser muito difícil – Gláucon diria, talvez, quase impossível – como foi pontuado diversas vezes ao longo da discussão, e como o próprio Sócrates admitira momentos antes. Logo, essa cidade, além de utópica em sentido literal, torna-se utópica também no sentido de quimérica e impraticável, ou ainda: inimitável porque irreproduzível em sentido estrito.

Contudo, Sócrates chama atenção para o fato de que a reprodução que mais lhe interessa não é propriamente essa. É por tal motivo que, logo após aventar a hipótese da existência de um modelo daquela cidade no céu para quem queira vê-lo, Sócrates acrescenta: “mas não faz diferença alguma se ela existe em algum lugar ou não, porque ele só tratará do que é dessa cidade, e de nenhuma outra”¹³. Com esse acréscimo ou correção, finalmente,

¹² PLATÃO. *República*, 592b3.

¹³ PLATÃO. *República*, 592b5.

Sócrates faz ver que o que está realmente em jogo não é o fato de tal modelo ser ou não concretamente localizado – tampouco o fato de ser ou não realizável na prática por alguma cidade específica – mas o fato irrecusável de que o referido paradigma servirá como referência ética e critério comparativo para o bom funcionamento da alma humana. Reproduzi-lo, portanto, não se reduz a concretizá-lo politicamente, mas consiste em traduzi-lo eticamente. Consiste, mais do que isso, em medir-se sempre com ele, procurando, na medida do possível, transferi-lo para o íntimo da própria alma. Por isso, pouco importa¹⁴ que a cidade exista ou não em algum lugar, que seja ou não realizável na prática. Importa, sobretudo, que ela sirva constantemente como norte e critério de justiça. Importa, por conseguinte, que se possa ancorar o comportamento em suas normas, e apoiar-se incessantemente sobre seus pilares. Ou seja: o que interessa é o seu estímulo ético, o seu caráter paidêutico e sua infundável provocação para a comparação. É por essa razão que a *mimesis* desejada, e até fortemente encorajada, nos livros iniciais da obra, se identifica com o esforço de aproximação de um paradigma ético – em geral o divino, primeiro tema analisado na seção dedicada aos mitos – ou, em outras palavras, com o esforço de aprimoramento. E é também por isso que a pedagogia das sentenças que fecham o nono livro é em parte semelhante ao tratamento da *mimesis* nos livros II e III.

Por outro lado – e desviando-nos da questão da educação para retomar o assunto que nos interessa, a saber, uma possível caracterização do mimetismo que esteja sugerida no trecho do nono livro citado acima – a abordagem tácita do tema da utopia na referida passagem envolve uma compreensão da *mimesis* que em muito aprofunda a dos livros iniciais da *República*, mesmo se ali o termo é mais amiúde empregado. Em poucas palavras, o caráter, por assim dizer, utópico da *República* parece nos ajudar a melhor compreender os processos miméticos, ou pelo menos o que eles são em potencial. Explico-me: como se viu, Sócrates mostra para Gláucon, na conclusão do nono livro da *República*, que a mimetização do paradigma da

¹⁴ Esse ‘pouco’ é proposital, já que não parece ser indiferente a Sócrates, em outros contextos da obra, que exista pelo menos a possibilidade de que ela seja implantada. Não há nada de contraditório em sua construção, nada que interdicte de uma vez por todas a sua implantação efetiva. É o que mostra a discussão do Livro VI, quando Sócrates concorda que sejam extremamente difíceis as suas propostas, especialmente a do filósofo-rei, mas faz ver que elas não são impossíveis.

cidade justa não precisa ser concebida apenas, ou estritamente, como uma aplicação política, em escala estatal, de tudo o que foi estabelecido por eles em *en lógo(i)*. Mostra, ademais, que a grande pertinência de todo o esforço conjunto por erigir uma cidade justa em palavras seria culminar na possibilidade de uma tradução ética da mesma, ou ainda, na sua reprodução por parte de cada alma individual que almeja tornar-se justa (o que não deixa, aliás, de ser uma aplicação política, só que de um tipo mais sofisticado). Ora, o que se pode depreender disso é que, implicitamente, Sócrates sugere uma compreensão da *mímesis* segundo a qual mimetizar não equivale a reproduzir na prática todos os detalhes de um paradigma. E talvez fosse necessário acrescentar: entender a mimetização como a repetição completa e integral de um paradigma é um verdadeiro equívoco. Precisamente o equívoco que iguala a mimetização e o engano. Iludir é o que fazem, por exemplo, as uvas de Zêuxis com os passarinhos. A cópia que elas encarnam, porém, além de ser, a rigor, impossível, não seria de maneira alguma desejável, pois se identifica com uma vã e inútil tentativa de substituir um original na prática insubstituível (afinal, ainda que iludidos, os passarinhos não conseguem de fato bicar as uvas, e não podem se alimentar delas; é evidente, porém, que, do ponto de vista humano, elas podem significar muitas outras coisas e cumprir outros papéis¹⁵). Trocando em miúdos: os processos miméticos não apenas nunca reproduzirão na prática os paradigmas sobre os quais se pautaram, como também não devem pretender fazê-lo. Afinal, que vantagem haveria em produzirmos dois Crátulos?, adverte Sócrates no diálogo homônimo. E como distinguir, nesse caso, o Crátulo original do Crátulo *mímema*? Em última instância, explicita Sócrates e confirma Crátulo, seu duplo deixaria de ser uma *eikón* de Crátulo para ser um segundo Crátulo, isto é: deixaria de ser rigorosamente um produto mimético, um *mímema*¹⁶.

É possível, portanto, entender, por meio do caráter utópico da *República*, dois aspectos da *mímesis*: em primeiro lugar que, ainda que fosse possível, a cópia *stricto sensu* obteria muito menos efeitos positivos do que é geralmente suposto e, em última instância, se anularia enquanto produto

¹⁵ Essa afirmação abriria outras veredas, que não as que pretendo trilhar aqui, mas é importante notar que há uma diferença quanto à condição mimética pictórica e, por exemplo, a condição mimética de poemas, de discursos sofisticados etc.

¹⁶ PLATÃO. *Crátulo*, 432b1-d1.

mimético. Em segundo lugar – e provavelmente em primeiro lugar em termos de importância – que o impossível na prática não é o impossível *tout court*, e que é justamente a impossibilidade que permite que a mimetização seja incessante; caso ela se concretizasse plenamente, o processo estancaria. Logo, do fato de não se poder reproduzir integralmente um paradigma não decorre que não se deva mirá-lo, criando, a partir dessa miragem, as mais diversas imagens miméticas dele – de preferência cada vez mais aprimoradas, se pensarmos no processo educativo. Trata-se, em suma, de um direcionamento – como o da atração erótica platônica – e os degraus galgados ao longo desse processo não deixam de ser diversas possíveis traduções e reproduções do paradigma que se tem incessantemente em vista. Trata-se também, de certa maneira, de um descontentamento, mas um descontentamento positivo, haja vista conduzir ao que pode vir a ser cada vez melhor. Se há uma espécie de insatisfação platônica, portanto, ela não coincide necessariamente com o desprezo pelo que se tem, mas, pelo contrário, implica o amor pelo melhor que há precisamente no que se tem. Em outras palavras, o “ímpeto de opor-se ao que é”¹⁷ não é desamor (a filosofia platônica não existe sem *philia* e *éros*), mas melhora do que é para a criação do que ainda não é, mas pode vir a ser – o jogo com a impossibilidade cria a possibilidade.

É, por isso, o próprio caráter inalcançável – diga-se, utópico – do paradigma que nos faz pender infinitamente para ele, não abandonando nunca as diversas tentativas miméticas de abarcá-lo, ainda que saibamos ser inabarcável. Poder-se-ia arriscar: na medida do possível, medir-se com o impossível; na medida do humano, medir-se com o divino. O processo mimético, nesse sentido, não coincide de forma alguma com uma tentativa de converter o outro no mesmo e tampouco o mesmo no outro. O original jamais deixará de ser o outro por excelência, e é precisamente por isso que as traduções são ilimitadas.

É claro, todavia, que o fato evidente da intradutibilidade do paradigma sempre volta a se impor, o que gera com frequência a melancolia pela perda do original. A questão que se coloca aqui é precisamente a dupla possibilidade que se expõe a cada processo mimético: enganar-se sobre a

¹⁷ SCHUBACK, 2011, p. 90.

possibilidade de restauração de um original a rigor tão perdido quanto o paraíso de Adão, ou assumir essa impossibilidade como dada de antemão. E, assumindo-a, abre-se então uma nova bifurcação: a desistência de toda e qualquer equiparação a um paradigma que se sabe que jamais deixará de ser diferente e de estar distante, ou o lançar-se às diversas instâncias de realização e irrealização desse outro *tópos* – o mais próximo e o mais longínquo.

Nem é preciso dizer que a escolha platônica recai decididamente sobre a última alternativa. É a experiência do limite intransponível, mas sempre sugestivo e aproximável, que parece animar Platão; jamais desanimá-lo. Pelo contrário, impõe-se como uma exortação a aproximações múltiplas, que avançam no ritmo do dificultoso e do penoso; ou da ascensão, degrau a degrau, rumo a um ponto a rigor inatingível em sua integralidade. A impossibilidade é o lugar de Platão: o viver longe sem nunca abandonar o desejo de proximidade, e, por conseguinte, sem jamais parar de aproximar-se. Mas o desejo pela proximidade do impossível – ou simplesmente desejo do outro – fala mais uma vez do caráter erótico da filosofia platônica. O eros filosófico de Diotima não é, afinal, aquele jovem “rude, miserável, descalço e sem morada”¹⁸, nem sábio nem ignorante, o qual, como Sócrates, não se tornará diferente do que é, mas que não deixa de amar o seu outro: a beleza e a sabedoria? A aproximação do irrealizável talvez seja, em última instância, a tarefa da *mimesis* filosófica platônica. Nesse sentido, o caráter mimético do homem pode ser compreendido por comparação ao caráter erótico da filosofia socrático-platônica.

Por fim, é preciso acrescentar que uma análise da relação filosófico-erótica com esse outro – o divino, a beleza, a sabedoria, o bem – a rigor inatingível em sua integralidade, e que fomenta a tentativa de aproximação do irrealizável, talvez pudesse trazer uma modesta contribuição para a questão da dualidade dos *tópoi* platônicos da qual decorre, como se sabe, uma série de dicotomias problemáticas (tais como a de corpo e alma, sensível e inteligível, *áisthesis* e *noúsis*, e todas as que lhes correspondem). Ora, o pensamento da aproximação sucessiva, mas nunca cabal, do outro mostra que o original¹⁹ e a sua imagem aproximativa – *parádeigma* e *mímema*

¹⁸ PLATÃO. *Banquete*, 203d1.

¹⁹ É importante notar que o original, ou paradigma, pode ser em alguns casos pensado como *éidos/idéa*. Entretanto, nem sempre precisa sê-lo, e ao longo do texto as duas concepções

ou *éidolon*, respectivamente – não constituem dois mundos em oposição, dois espaços fechados e incomunicáveis. Pelo contrário, o pensamento platônico parece mostrar que a relação mimética se constitui como uma assimetria – conquanto haja hierarquia – mas também como um caminho que pode ser percorrido em ambos os sentidos (para cima e para baixo), e que, em última instância, é um todo único, fora do qual nada há. As sucessivas aproximações do outro são, portanto, assim como os passos do amante em direção ao amado, uma procura por algo que, ainda que distante, não está fora de um mesmo lugar. Apenas, o inalcançável poderia ser pensado como um ponto limítrofe, em cuja direção se caminha; o horizonte que, por se distanciar sempre, constitui de certa forma um outro *tópos*, mas que nunca deixa de ser limite constitutivo desse mesmo *tópos* em que estamos.

RESUMO

O intérprete que trabalha com o tema da *mimesis* na *República* de Platão costuma se defrontar com um paradoxo, no que diz respeito à mimetização no âmbito humano. Por um lado, a obra sugere uma certa inexorabilidade mimética: o homem é feito para mimetizar, e naturalmente levado a isso. Por outro lado, há uma série de problemas relativos à *mimesis*, e uma forte recomendação para que se procure evitá-la. Em poucas palavras, seria possível dizer que, segundo os livros II e III da *República*, a *mimesis* é, para os homens, o inevitável a ser evitado. A tematização dessa questão remete, sem dúvida, ao problema dos critérios de seleção dos paradigmas a serem mimetizados, assim como à maneira de mimetizá-los. Talvez seja possível, porém, acrescentar um outro viés de análise do tema, a saber: o tratamento do problema da *mimesis* na *República* por meio do caráter utópico da própria obra.

Palavras-chave: *Mimesis*. Paradigma. Utopia. Pedagogia.

ABSTRACT

The scholar that works with the subject of *mimesis* in Plato's *Republic* is

não podem ser consideradas sinônimas. A noção de paradigma é basicamente relacional: algo pode servir como um paradigma em relação a uma determinada (outra) coisa. A ideia, portanto, pode servir como paradigma em certas situações, mas, evidentemente, não há equivalência entre as duas noções. Apenas, nessa passagem final, o que é dito para a noção de paradigma vale também para a noção de ideia.

forced to face with a paradox concerned to human being's imitation. On the one hand, the dialogue suggests that human nature is mimetic, and man is naturally led to mime. On the other hand, there are serious problems related to *mimesis*, and a strong recommendation to avoid it. In few words, it is possible to say that, according to *Republic* II and III, *mimesis* is the inevitable to be avoided. The examination of this topic relates, without doubt, to the problem of selecting the right paradigms, as well as to the way of reproducing them. However, it is maybe possible to add another aspect of the subject, that is: the treatment of the problem of *mimesis* in the *Republic* by means of its utopic character.

Key-words: *Mimesis*. Paradigm. Utopia. Education.